



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 223

Feito : Processo Nº 557/91-TCE/ACRE
Interessado: CARLOS AIRTON MAGALHÃES SANATANA DE SOUZA
Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Acre
Relator : Conselheiro Hélio Saraiva de Freitas
Assunto : Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre -
"SANACRE" - Exercício de 1990.

Prestação de Contas da SANACRE -
Exercício de 1990, considerada irre
gular por inobservância às normas
legais expressas na Lei Nº 4.320/64
e Decreto-Lei Nº 2.300/86, requisi
ta-se ao Governo do Estado a abertu
ra de Inquérito Administrativo, no
prazo assinado.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 557/91, acima in
dicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimi
dade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante desta decis
ão, para
considerar irregular a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do
Acre - "SANACRE", do exerc
cício financeiro de 1990, de responsabilidade dos Ordenado
res de Despesa, à época **ADALBERTO FERREIRA DA SILVA** e **WILSON VIANA GOMES JÚNIOR**,
Diretor-Presidente da Empresa e **MAURO SILVIO MOURA DE OLIVEIRA**, Diretor-Administra
tivo e em consequência, seja requisitado ao Senhor Governador do Estado, na qualida
de de representante do Acionista Majoritário, a abertura de Inquérito Administra
tivo, objetivando apurar as irregularidades detectadas, no prazo de sessenta (60) dias,
com a devida comprovação perante este Tribunal de Contas e pela remessa de cópia do
relatório técnico, do Parecer do Ministério Público Especial e deste julgado ao
Chefe do Poder Legislativo Estadual.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco-Ac, 13 de agosto de 1992.

Cons. **JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA**,

Presidente

Cons. **HELIO SARAIVA DE FREITAS**,

Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE,

Procurador-Chefe do Ministério Público Especial

TRIBUTOS E CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Publicado no

LIBRO OFICIAL DO ESTADO N. 5.860

de 03 / 09 / 1992 bl. 09

Secretaria do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 557/91

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO ACRE-SANACRE, exercício de 1990.

RELATOR: CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

RELATÓRIO

Refere-se o presente processo a Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre-SANACRE, concernente ao exercício de 1990, encaminhada a este TCE, através do OF. DIPRE Nº 101/91, 08.04.91.

Essas contas passaram pelo exame das técnicas Vitalina Gonçalves da Costa e Maria de Nazaré Correia Xavier, as quais apresentaram o Relatório de fls 95/105. Não houve a anuência do Auditor, neste TCE.

Às fls. 108/109, parecer do Ministério Público Especial, confirmando o relatório dos técnicos.

É o relatório.

Rio Branco, 14 de julho de 1992.

Hélio Saraiva de Freitas
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

CONCLUSÃO E VOTO

Vistos, analisados e relatados os autos do Processo nº 557/91 - Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre (SANACRE), exercício de 1990, passo às conclusões e voto:

A Companhia de Saneamento do Estado do Acre-SANACRE, é uma sociedade de economia mista oriunda da Lei Estadual nº 454, de 01.10.71, regulamentada pelo Decreto nº 302, de 11.11.71, regendo-se pelos seus estatutos sociais e pela legislação das sociedades por ações (Lei nº 6.404, de 15.12.76).

A Prestação de Contas em foco foi elaborada dentro dos padrões e normas aceitos e foi objeto de parecer de Moreira- Auditores Brasileiros Associados.

Posteriormente ao encaminhamento da Prestação de Contas, a SANACRE remeteu novas Demonstrações Financeiras, em substituição a anterior, sob a justificativa de reclassificação da correção monetária das obras em andamento. Em face disso, o lucro apurado anteriormente de Cr\$-5.477.704,00 (CINCO MILHÕES QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL SETECENTOS E QUATRO CRUZEIROS), transformou-se em prejuízo no valor de Cr\$-1.027.145,00 (HUM MILHÃO VINTE E SETE MIL CENTO E QUARENTA E CINCO CRUZEIROS).

Do que se observou do processo, constata-se que a situação da sanacre é preocupante.

Como falhas detectou-se:

1 - Existência de várias ações ou reclamações trabalhistas em andamento, para as quais se efetuou uma provisão de Cr\$-242.783,87 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS MIL SETECENTOS E OITENTA E TRÊS C CRUZEIROS E OITENTA E SETE CENTAVOS), prova de incapacidade gerencial da administração;

2 - Dívidas perante o BANACRE;

3 - Dívidas para com o IAPAS, FINSOCIAL e PASEP;

4 - precariedade de controles internos;

5 - Ausência de Parecer do Conselho Fiscal na Prestação de Contas em exame;

6 - Inexistência de termo de investidura dos Conselheiros e Diretores;

7 - Pagamentos de passagens a funcionários e Diretores sem definição do objetivo da viagem;

8 - Inúmeras passagens fornecidas à pessoas estranhas aos quadros da SANACRE;

9 - Elevado índice de suprimento de caixa não relacionado, diga-se, com as atividades da Empresa (Cr\$-293.623.787,43) como por exemplo, aquisição de centenas de camisetas, roupas, sapatos, portas, janelas, portões, móveis residenciais, material esportivo e milhares de litros de combustíveis que, segundo informações colhidas junto ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Setor de Material, não foram utilizados pela frota da Empresa;

10 - Movimentação de numerário sem escrituração no livro caixa;

11 - Pagamento de produtos químicos adquiridos, antes da entrega dos mesmos;

12 - Produtos químicos pagos e não entregues;

13 - Pagamento de serviços que não foram executados em favor da Empresa;

14 - Saques na Caixa Econômica e no BANACRE, escriturados sem a devida comprovação;

15 - Conselhos de Administração e Fiscal omissos, cabendo aos mesmos apenas o recebimento de numerário a cada mês.

Diante do exposto, **voto** pela irregularidade da Prestação de Contas da Companhia de Saneamento do Estado do Acre, relativa a 1990.

Solicitando ao Exmo Sr. Governador do Estado, na qualidade de representante do acionista majoritário (o Estado do Acre) abertura de inquérito a fim de apurar as irregularidades detectadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, de tudo dando-se ciência a este Tribunal. Devendo-se enviar cópia dos relatórios técnicos, parecer do MPE e do Acórdão ao Poder Legislativo Estadual.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, em Rio Branco-Acre, 13 de agosto de 1992.

Hélio Spínola de Freitas
Conselheiro